

Operação Sinecuras cumpre 21 mandados de prisão em Araucária Criminal

Postado em: 05/04/2018

Equipes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e promotores de Justiça de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, realizam na manhã desta quinta-feira, 5 de abril, a Operação Sinecuras. Estão sendo cumpridos 21 mandados de prisão (sendo 19 preventivas e duas temporárias) e 22 mandados de busca e apreensão. A Sinecuras é um complemento da Operação Fim de Feira, que investiga crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, peculato, crimes contra licitações, falsidade ideológica e estelionato. As prisões temporárias foram decretadas contra um empresário e uma ex-diretora financeira da Companhia de Habitação (Cohab) de Araucária. As preventivas atingem dois ex-prefeitos (um dos quais já preso), três vereadores, sete ex-vereadores, um ex-secretário, três ex-servidores municipais, um empresário e dois corretores de imóveis. As buscas e apreensões foram cumpridas em três gabinetes da Câmara Municipal de Araucária, em uma empresa em Curitiba e em 18 residências (uma em Colombo, uma em Pinhais, duas em Curitiba e 14 em Araucária). A operação investiga, entre outros crimes, pagamentos a três vereadores e sete ex-vereadores, feito por pelo menos três empresas que tinham contratos com a Prefeitura, para compra de apoio a projetos do Executivo de interesse das empresas. Os valores pagos somam aproximadamente R\$ 120 mil mensais, e o acordo em troca de apoio permitia aos vereadores a indicação de pelo menos cinco servidores para ocupação de cargos em comissão na prefeitura (alguns vereadores chegaram a indicar ocupantes para 11 cargos comissionados). A situação durou de janeiro de 2013 a julho de 2016, totalizando pagamentos de aproximadamente R\$ 5 milhões, segundo as investigações. Os três vereadores que continuam nos cargos tiveram seus mandatos suspensos. Superfaturamento - Outra denúncia investigada é a aquisição de um imóvel com valor superfaturado, por R\$ 1,84 milhão, pela extinta Companhia de Desenvolvimento de Araucária (Codar), em agosto de 2016. Avaliações do imóvel indicaram um valor de no máximo R\$ 1,1 milhão. A área estava sendo objeto de disputa judicial, por parte de terceiros que reivindicavam sua posse. Foram impostas aos proprietários do terreno medidas alternativas à prisão (comparecimento mensal em Juízo, proibição de se ausentar da cidade sem autorização e proibição de manter contato com os envolvidos nos fatos investigados). Por envolvimento nesse fato, os dois ex-prefeitos, os servidores ligados à Codar e os proprietários do imóvel tiveram bens sequestrados por ordem da Justiça. Propinas - Também é investigada a permuta de sete imóveis de empresas privadas por dois imóveis da Cohab, em meados de 2015, havendo a suspeita de que o então prefeito teria recebido propina em dinheiro e um imóvel em Curitiba para facilitar a permuta. As negociações envolveriam ainda o pagamento de propina por um empresário, para que uma pessoa indicada por ele ficasse responsável pelo setor de informática da prefeitura, visando comandar e dirigir licitações na área. Apesar da nomeação do funcionário indicado, o plano de direcionamento das licitações não foi adiante, e o funcionário foi exonerado. Informações para a imprensa com:

Assessoria de Comunicação
Ministério Público do Paraná
(41) 3250-4249